Sumário

PARTE 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

Capítulo I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 41

1. Origem e conceito de Constituição 41
2. Concepções sobre a Constituição 41
   - 2.1. A concepção sociológica 42
   - 2.2. A concepção política 42
   - 2.3. A concepção jurídica 42
   - 2.4. A concepção cultural (conexão das concepções anteriores) 43
3. Supremacia da Constituição 43
4. Objeto e conteúdo das Constituições 44
5. Classificação das Constituições 44
   - 5.1. Quanto ao conteúdo: Material e Formal 44
   - 5.2. Quanto à forma: Escrita e Não Escrita 45
   - 5.3. Quanto à origem: Democrática e Outorgada 45
   - 5.4. Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: Imutável, Fixa, Rígida, Flexível e Semirrígida ou Semiflexível 46
   - 5.5. Quanto à extensão: Sintética e Analítica 47
   - 5.6. Quanto à finalidade: Garantia e Dirigente 48
   - 5.7. Quanto ao modo de elaboração: Dogmática e Histórica 48
   - 5.8. Quanto à ideologia: Ortodoxa e Eclética 48
   - 5.9. Classificação da Constituição brasileira de 1988 49
6. Estrutura das Constituições 49
7. Elementos das Constituições 50
8. Neoconstitucionalismo 50

Capítulo II

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL 53

1. A Constituição Como um sistema aberto de normas 53
2. A norma constitucional: conceito e natureza 53

3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional 54
4. As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A "normatividade" dos princípios 54
5. A classificação da norma constitucional 56
6. Distinção entre retroatividade máxima, média e mínima 58
7. Derrotabilidade das normas jurídicas 59
8. Hierarquia entre os princípios 60

Capítulo III
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 61
1. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional 61
2. Métodos de interpretação constitucional 62
   2.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico 62
   2.2. Método tópico-problemático 62
   2.3. Método hermenêutico-concretizador 63
   2.4. Método científico-espiritual 63
   2.5. Método normativo-estruturante 63
3. Princípios de interpretação constitucional 64
   3.1. Princípio da unidade da Constituição 64
   3.2. Princípio do efeito integrador 64
   3.3. Princípio da máxima efetividade 64
   3.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional 65
   3.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização 65
   3.6. Princípio da força normativa da Constituição 66
   3.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade 66
   3.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis 66
   3.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição 67

Capítulo IV
PODER CONSTITUINTE 69
1. Conceito e natureza 69
2. Titularidade e exercício do Poder Constituinte 69
3. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado 70
4. Poder Constituinte Originário 70
   4.1. Conceito 70
   4.2. Características 71

4.3. Formas de manifestação 71
5. Poder Constituinte Derivado 72
5.1. Conceito 72
5.2. Características 72
5.3. Espécies 72
5.4. Poder Constituinte Reformador 73
5.4.1. Conceito 73
5.4.2. Limitações 73
5.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional 75
5.5. Poder Constituinte Decorrente 77
6. Mutação constitucional 77
7. Direito Constitucional intertemporal 78
7.1. Princípio da Recepção 78
7.2. Repristinação 78
7.3. Desconstitucionalização 79

Capítulo V
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 81
1. Considerações iniciais 81
2. Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade 81
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade 82
3.1. O sistema "americano" da judicial *review of legislation* ou "difuso" de controle de constitucionalidade e o *leading case Marbury v. Madison* 82
3.2. O sistema "austríaco" ou "concentrado" de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen 83
3.3. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil 84
3.3.1. A Constituição de 1988 85
4. Controle difuso de constitucionalidade 86
4.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional 86
4.2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade 87
4.3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade 87

4.4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade 87
4.5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade 89
4.6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade 89

5. Controle concentrado de constitucionalidade 91

5.1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional 91
5.2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade 91
5.3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: As Ações Diretas 93

6. Ação Direta de Inconstitucionalidade 94

6.1. Origem, conceito e finalidade 94
6.2. Legitimidade ad causam 95
6.3. Competência 96
6.4. Parâmetro e objeto 97
6.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 97
6.6. Decisão e efeitos 99

7. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 100

7.1. Origem e generalidades 100
7.2. Natureza, finalidade e procedimento 100
7.2.1. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão 101
7.3. Legitimidade ad causam e competência 101
7.4. Parâmetro e objeto 102
7.5. Decisão e seus efeitos 102

8. Ação Direta De Inconstitucionalidade Interventiva 102

8.1. Origem, conceito e finalidade 102
8.2. Legitimidade ad causam 103
8.3. Competência 103
8.4. Parâmetro e objeto 104
8.5. Procedimento 104
8.6. Decisão e efeitos 105

9. Ação Declaratória de Constitucionalidade 105

9.1. Origem, conceito e finalidade 105
9.2. Legitimidade ad causam 106
9.3. Competência 106
9.4. Parâmetro e objeto 106
9.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 106

9.6. Decisão e efeitos 107
10. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 107
10.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto 107
10.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais 107
10.3. Modalidades da arguição de descumprimento 108
10.4. Arguição autônoma 108
10.4.1. Legitimidade ad causam 108
10.4.2. Competência 109
10.4.3. Procedimento. A Lei 9.882/99 109
10.4.4. Medida liminar 109
10.4.5. Objeto 109
10.4.6. Decisão e seus efeitos 109
10.5. Arguição incidental 110
10.6. O caráter subsidiário da ADPF 110

Capítulo VI
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 113
1. Considerações iniciais 113
2. Princípio Federativo 113
3. Princípio Republicano 114
4. Princípio do Estado Democrático de Direito 114
5. Princípio da Soberania Popular 114
6. Princípio da Separação de Poderes 114
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro 116
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro 116
9. Princípios regentes das relações internacionais 117

Capítulo VII
TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 119
1. Considerações iniciais 119
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais 119
3. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais 121
3.1. Considerações iniciais 121
3.2. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão 122

3.2.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos 122
3.2.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais 123
3.2.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade 124
3.2.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direita e os direitos relacionados à biotecnologia 124
3.2.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz 124

4. Características dos direitos fundamentais 125
5. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais 126

Capítulo VIII

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 127

1. Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988 127
2. Os titulares dos direitos fundamentais 128
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. Significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988 128
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. O significado e alcance da cláusula de "abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais" do art. 5º, § 2º e o novo § 3º 128
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 130
6. O Estado de Coisas Inconstitucional como garantia dos Direitos Fundamentais 130

Capítulo IX

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS 133

1. Considerações iniciais 133
2. Direito à vida 133
3. Direito à igualdade 134
4. Direito à liberdade 134
   4.1. Liberdade de ação 134
   4.2. Liberdade de locomoção 135
   4.3. Liberdade de opinião ou pensamento 135

4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação 135
4.5. Liberdade de informação 135
4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência 136
4.7. Liberdade de reunião 136
4.8. Liberdade de associação 136
4.9. Liberdade de opção profissional 136

5. Direito à privacidade 137
5.1. Direito à intimidade 137
5.2. Direito à vida privada 137
5.3. Direito à honra 137
5.4. Direito à imagem 137
5.5. Direito à inviolabilidade da casa 137
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas 138

6. Direito de propriedade 138

7. Direito de petição 138

8. Direito de certidão 139

9. Direito de acesso à justiça 139

10. Direito à segurança jurídica 139
10.1. Garantia do direito adquirido 139
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito 139
10.3. Garantia da coisa julgada 140

11. Direito à garantia do devido processo legal 140

12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa 140

13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal 140

Capítulo X

DOS DIREITOS SOCIAIS 145

1. Considerações gerais 145

2. Direitos sociais do trabalhador 146

3. Direitos sociais da seguridade social. 148
3.1. Direito à saúde 148
3.2. Direito à previdência social 149
3.3. Direito à assistência social 150

4. Direitos sociais à educação e à cultura 150
4.1. Direito à educação 150
4.2. Direito à cultura 150

5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado 151
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso 151
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível 152

Capítulo XI
DO DIREITO DE NACIONALIDADE 155
1. Considerações iniciais 155
2. Conceito de nacionalidade 155
3. Espécies de nacionalidade 155
4. Modos de aquisição da nacionalidade 156
5. O polipátrida e o apátrida (heimatlos) 156
6. Os brasileiros na Constituição Federal de 1988 157
   6.1. Os brasileiros natos 157
   6.2. Os brasileiros naturalizados 158
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados 159
8. Perda da nacionalidade brasileira 159
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira 160
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil 161

Capítulo XII
DOS DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS 163
1. Modalidades de direitos políticos 163
2. Direitos políticos positivos 163
3. Direitos políticos negativos 164
   3.1. Inelegibilidades 164
      3.1.1. Inelegibilidades absolutas 165
      3.1.2. Inelegibilidades relativas 165
   3.2. Perda e suspensão de direitos políticos 166
4. Dos partidos políticos 167
   4.1. Liberdade partidária 167
   4.2. Autonomia partidária 168
   4.3. Direitos dos partidos políticos 168

Capítulo XIII
DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS 171
1. Considerações gerais 171
2. Habeas corpus 171
3. Mandado de segurança 173
4. Mandado de injunção 175
5. Habeas data 178
6. Ação popular 179
7. Ação civil pública 180

Capítulo XIV
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 181
1. O Princípio Federativo e o Estado Federal 181
   1.1. Estado Federal e Estado Unitário 181
   1.2. Estado Federal e Confederação de Estados 181
   1.3. Características comuns do Estado Federal 182
2. O Federalismo Brasileiro 182
   2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro 182
   2.2. A Organização Política do Estado brasileiro 183
3. A repartição de competência 183
   3.1. O princípio da predominância do interesse 184
   3.2. Técnicas de repartição de competência 184
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988 184
   4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas 185
   4.2. A repartição vertical de competência 185
5. Competências e sua classificação 186
   5.1. Competência legislativa 186
   5.2. Competência não legislativa ou material 186
   5.3. Outras competências 186
6. A União 187
7. Os Estados federados 191
8. O Distrito Federal 193
9. Os Municípios 194
10. Os Territórios Federais 195
11. Intervenção 196
12. A Administração Pública 198

Capítulo XV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 201

1. As funções do Estado e a separação de Poderes 201
2. Do Poder Legislativo 202
   - 2.1. Órgãos do Poder Legislativo 202
   - 2.2. Organização interna do Poder Legislativo 205
     - 2.2.1. A Mesa Diretora 205
     - 2.2.2. As Comissões Parlamentares 205
     - 2.2.3. A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos 207
   - 2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo 207
   - 2.4. As atribuições do Congresso Nacional 207
   - 2.5. As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51) 207
   - 2.6. As atribuições do Senado Federal (art. 52) 208
   - 2.7. Quórum para deliberações (art. 47) 208
   - 2.8. O Processo Legislativo 209
     - 2.8.1. Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos 209
     - 2.8.2. Atos do processo legislativo 211
   - 2.9. Procedimentos legislativos 213
   - 2.10. Dos Deputados e dos Senadores 214
     - 2.10.1. Prerrogativas 214
     - 2.10.2. Incompatibilidades 217
     - 2.10.3. Perda do mandato 218
   - 2.11. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas 220
     - 2.11.1. Dos Tribunais de Contas 220
3. Do Poder Executivo 221
   - 3.1. Sistemas de governo 222
     - 3.1.1. Presidencialismo 222
     - 3.1.2. Parlamentarismo 222
   - 3.2. O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República 223
   - 3.3. Eleição do Presidente da República 223
   - 3.4. Substituição e sucessão do Presidente da República 223
   - 3.5. Atribuições do Presidente da República 224
   - 3.6. Responsabilidade do Presidente da República 225
   - 3.7. Prerrogativas do Presidente da República 226
   - 3.8. Auxiliares do Presidente da República 227
   - 3.9. Órgãos de Consulta do Presidente da República 227
4. Do Poder Judiciário 228

4.1. A função jurisdicional do Estado 228
4.2. Órgãos do Poder Judiciário 228
4.3. O Estatuto da Magistratura 229
4.4. As Garantias do Poder Judiciário 230
4.5. Quinto Constitucional 231
4.6. Regime Constitucional dos Precatórios 232
4.7. Do Supremo Tribunal Federal 233
4.8. Do Conselho Nacional de Justiça 239
4.9. Do Superior Tribunal de Justiça 240
4.10. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais 242
4.11. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho 246
4.12. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais 247
4.13. Dos Tribunais e Juízes Militares 248
4.14. Dos Tribunais e Juízes dos Estados 249

5. Das funções essenciais à justiça 249

5.1. Do Ministério Público 249
5.2. Da Advocacia Pública 252
5.3. Da Advocacia 252
5.4. Da Defensoria Pública 252

Capítulo XVI

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 255

1. Considerações gerais 255

2. Do Sistema Constitucional das Crises e dos Estados de Exceção 255

2.1. Do Estado de Defesa 256
2.2. Do Estado de Sítio 256
2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio 257

3. Das Forças Armadas 257

4. Da Segurança Pública 257

Capítulo XVII

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO 259

1. Do Sistema Tributário Nacional 259

1.1. Conceito de Tributo 259
1.2. A competência tributária 259

1.2.1. Técnicas de repartição da competência tributária 260
1.2.2. Limites ao exercício da competência tributária 260

1.3. Classificação dos Tributos 260

1.4. O imposto 261

1.4.1. Impostos reais e pessoas 261
1.4.2. Impostos diretos e indiretos 262
1.4.3. Impostos em espécies 262

1.4.3.1. Impostos da União 262
1.4.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal 262
1.4.3.3. Impostos dos Municípios 263

1.5. A taxa 263
1.6. A Contribuição de Melhoria 263
1.7. Os Empréstimos Compulsórios 264
1.8. As Contribuições sociais 264
1.9. Das Limitações ao Poder de Tributar 264

1.9.1. O Princípio da Legalidade Tributária 264
1.9.2. Princípio da Igualdade Tributária 265
1.9.3. Princípio da Capacidade Contributiva 265
1.9.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária 265
1.9.5. Princípio da Anterioridade 265
1.9.6. O Princípio da Não Cumulatividade 266
1.9.7. Princípio da vedação do confisco 266
1.9.8. Princípio da Imunidade recíproca 267
1.9.9. As imunidades dos templos de qualquer culto 267
1.9.10. As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos 267
1.9.11. As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão 267
1.9.12. As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham 268
1.9.13. Outras limitações 268

1.10. Da repartição das receitas tributárias 269

2. Das Finanças Públicas 270

2.1. Considerações gerais 270
2.2. Dos Orçamentos 270

2.3. A Emenda Constitucional nº 95/2016 e o Novo Regime Fiscal da União 272

Capítulo XVIII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 275

1. Ordem econômica e constituição econômica 275
2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988 e os Princípios Gerais da Atividade Econômica 275
3. Da Política Urbana 277
4. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária 278
5. Do Sistema Financeiro Nacional 278

Capítulo XIX

DA ORDEM SOCIAL 279

1. Considerações gerais 279
2. Objetivos 279
3. Da seguridade social 279
   - 3.1. Saúde 280
   - 3.2. Previdência social 280
   - 3.3. Assistência social 281
4. Da Educação, da Cultura e do Desporto 281
   - 4.1. Da Educação 281
   - 4.2. Da Cultura 283
   - 4.3. Do Desporto 283
5. Da Ciência, Tecnologia e Inovação 283
6. Da Comunicação Social 284
7. Do Meio Ambiente 284
8. Da Família, da Criança, do Adolescente, do jovem e do Idoso 285
   - 8.1. Da Família 285
   - 8.2. Da Criança, do Adolescente e do Jovem 287
   - 8.3. Do Idoso 288
9. Dos Índios 288

BIBLIOGRAFIA 289

PARTE 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

Capítulo I

DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO 293

1. O Estado e a sua função administrativa 293
2. Administração Pública e Direito Administrativo 295
   - 2.1. Fontes do Direito Administrativo 296
   - 2.2. Critérios do Direito Administrativo 296
3. O Regime Jurídico-Administrativo 297
   - 3.1. Conteúdo do regime jurídico-administrativo 298
   - 3.2. Interesse público primário e interesse público secundário 298
   - 3.3. Princípios da Administração Pública 299
     - 3.3.1. Princípios constitucionais expressos 299
     - 3.3.2. Outros princípios 304

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 309

1. Introdução 309
2. Órgãos públicos 309
3. Autarquias 312
4. Agências reguladoras 315
5. Fundação pública 317
6. Agências executivas 318
7. Empresas estatais 319
   - 7.1. Empresas públicas 322
   - 7.2. Sociedades de economia mista 323
8. Consórcio público 323

Capítulo III

ATOS ADMINISTRATIVOS 327

1. Introdução 327
2. Conceito 327
3. Requisitos do ato administrativo 328
   - 3.1. Competência 329

3.2. Finalidade ... 330
3.3. Forma ... 331
3.4. Motivo ... 332
3.5. Objeto ou conteúdo ... 333
4. Mérito administrativo ... 334
5. Atributos do ato administrativo ... 334
5.1. Presunção de legitimidade ... 334
5.2. Imperatividade ... 334
5.3. Auto-executoriedade ... 335
5.4. Tipicidade ... 335
6. Classificação dos atos administrativos ... 335
6.1. Atos gerais e individuais ... 335
6.1.1. Atos Gerais ... 335
6.1.2. Atos Individuais ... 336
6.2. Atos de império, de gestão e de expediente ... 336
6.2.1. Atos de Império ... 336
6.2.2. Atos de Gestão ... 336
6.2.3. Atos de Expediente ... 336
6.3. Atos vinculados e discricionários ... 337
6.3.1. Atos Vinculados ... 337
6.3.2. Atos Discricionários ... 337
6.4. Atos simples, complexos e compostos ... 337
6.4.1. Atos Simples ... 337
6.4.2. Atos Complexos ... 337
6.4.3. Atos Compostos ... 337
6.5. Ato válido, eficaz e exequível ... 338
6.5.1. Ato Válido ... 338
6.5.2. Ato Eficaz ... 338
6.5.3. Ato Exequível ... 338
6.6. Ato nulo, ato anulável e inexistente ... 338
6.6.1. Ato Nulo ... 338
6.6.2. Ato Anulável ... 339
6.6.3. Ato Inexistente ... 340
7. Espécies de atos administrativos ... 341
7.1. Atos normativos ... 341
7.2. Atos ordinatórios ... 342
7.3. Atos negociais ... 343
7.4. Atos enunciativos ... 344

7.5. Atos punitivos 345
8. Invalidação dos atos administrativos 346
8.1. Revogação 346
8.2. Anulação 347
8.2.1. Cassação 348
8.2.2. Outras formas de invalidação 349

Capítulo IV
PODERES ADMINISTRATIVOS 351
1. Introdução 351
2. Poder regulamentar 351
3. Poder hierárquico 354
4. Poder disciplinar 355
5. Poder de polícia 355
5.1. Atributos 358
5.1.1. Discricionariedade 358
5.1.2. Autoexecutoriedade 359
5.1.3. Coercibilidade 360
5.2. Condições de validade ou limites ao poder de polícia 360

Capítulo V
AGENTES PÚBLICOS 361
1. Conceito 361
2. Classificação 362
2.1. Agentes Políticos 362
2.2. Servidores Públicos 363
2.2.1. Servidores Estatutários 363
2.2.2. Empregados Públicos 363
2.2.3. Servidores Temporários 363
2.3. Particulares em colaboração com o Poder Público 364
2.3.1. Por delegação do Poder Público 365
2.3.2. Por requisição, nomeação ou designação 365
2.3.3. Gestores de Negócios 365
3. Cargos, empregos e funções públicas 365
4. Regime jurídico do servidor 366
5. Condições de ingresso 367

6. Provimento e vacância 372

6.1. Provimento 372
6.2. Vacância 374

7. Remuneração dos servidores 374

8. Responsabilidade dos servidores 376

8.1. Responsabilidade civil 376
8.2. Responsabilidade administrativa 377
8.3. Responsabilidade penal 378

9. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas 378

10. Estabilidade e estágio probatório 380

10.1. Estabilidade 380
10.2. Estágio probatório 381

11. Regime especial de previdência do servidor 383

11.1. Beneficiários do regime especial 383
11.2. Requisitos para aposentadoria voluntária 383
11.3. Aposentadoria por invalidez 383
11.4. Pensão por morte 383
11.5. Requisitos para aposentadoria voluntária 384
11.6. Aposentadoria por invalidez 384
11.7. Pensão por morte 384
11.8. Contribuição do aposentado e pensionista 386
11.9. Abono de permanência 387
11.10. Aposentadoria proporcional e compulsória 387
11.11. Regime complementar oficial de previdência 387
11.12. Regras de transição 390

Capítulo VI

LICITAÇÕES PÚBLICAS 391

1. Introdução 391

2. Princípios gerais da licitação 393

3. Contratação direta 394

3.1. Dispensa de licitação 395
3.2. Inexigibilidade de licitação 396
3.3. Condicionantes da eficácia e elementos de instrução da contratação direta 398

4. Modalidades de licitação 399
4.1. Decreto federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e a atualização dos valores das modalidades 402
4.2. Regime Diferenciado de Contratações (RDC) 404
5. Modalidades anômalas de seleção 406
6. Tipos de licitação 406
7. Sistema de registro de preços 407
7.1. Características do SRP 408
7.2. A adesão à Ata de Registro de Preços 409
7.3. Cadastro de reserva 411
8. Procedimento da licitação 411
9. Publicação do instrumento convocatório 412
10. Habilitação 413
11. Propostas 414
12. Homologação e adjudicação 415
13. Recursos 415
14. Anulação e revogação da licitação 416
15. Responsabilização do parecerista jurídico 417
16. Licitação para estatais 419

Capítulo VII
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 425
1. Introdução 425
2. Espécies 425
3. Características 426
4. Vigência dos contratos 429
4.1. Prorrogação contratual 431
5. Alterações contratuais 431
6. Revisão econômica do contrato 433
7. Execução do contrato 434
8. Do tribunal de contas 436
9. Da inexecução e da rescisão dos contratos 438
10. Convênios e instrumentos congêneres 439
11. Sanções administrativas 441

Capítulo VIII

SERVIÇOS PÚBLICOS 443

1. Introdução 443
2. Conceito e elementos 443
3. Princípios 445
4. Classificação 447
5. Prestação e execução dos serviços públicos 448
6. Delegação do serviço público 449
   6.1. Concessão de serviço público 450
   6.2. Permissão de serviço público 451
   6.3. Autorização de serviço público 451
7. Dos contratos de concessão de serviço público 452
   7.1. Dos contratos de concessões comuns 452
   7.2. Dos contratos de concessões especiais (parceria público-privada) 455

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 459

1. Conceito 459
2. Evolução do tema 459
3. A responsabilidade civil do estado no direito brasileiro 461
4. Requisitos para demonstração da responsabilidade estatal 462
5. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade 464
6. Responsabilidade primária e subsidiária 465
7. Responsabilidade do estado por atos legislativos 466
8. Responsabilidade do estado por atos judiciais 467
9. Prescrição 467
10. Sujeito passivo da lide 468
11. Responsabilidade do estado por danos causados por atos terroristas 469
12. Responsabilidade do estado pela "perda de uma chance" 470

Capítulo X

BENS PÚBLICOS 473

1. Introdução 473
2. Classificação 473
3. Uso de bem público por administrado 475

3.1. Títulos jurídicos para uso de bens públicos por particulares 476
4. Transferência de bens públicos entre entidades e órgãos públicos..... 478
5. Bens públicos em espécie 478

Capítulo XI
INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE 481
1. Modalidades..... 481
1.1. Limitação administrativa 481
1.2. Servidão administrativa..... 482
1.3. Ocupação temporária..... 483
1.4. Requisição administrativa..... 484
1.5. Tombamento..... 484
1.6. Desapropriação..... 486

Capítulo XII
INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO 497
1. Introdução ao tema 497
2. Atuação regulatória..... 498
2.1. Repressão ao abuso do poder econômico..... 498
2.2. Controle de abastecimento e tabelamento de preços 500
3. Intervenção pela exploração direta de atividade econômica ou intervenção participativa 500
3.1. Monopólio..... 501

Capítulo XIII
PROCESSO ADMINISTRATIVO..... 503
1. Introdução 503
2. Princípios..... 503
3. Direitos e deveres dos administrados..... 507
4. Da competência..... 509
5. Do impedimento e da suspeição..... 510
6. Dos atos processuais..... 511
7. Das intimações 511
8. Das provas 512
9. Dos pareceres e dos laudos técnicos 512
10. Da tramitação prioritária..... 513

11. Do recurso administrativo, da coisa julgada administrativa e da revisão 513
12. Processo administrativo e súmula vinculante..... 515
13. Do processo disciplinar 515

Capítulo XIV
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 521
1. Introdução 521
2. Competência legislativa..... 522
3. Elementos..... 522
4. Das sanções..... 526
4.1. Da gradação das sanções 527
5. Da declaração de bens..... 529
6. Dos processos administrativo e judicial..... 529

Capítulo XV
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 533
1. Introdução 533
2. Classificação..... 533
2.1. Conforme o momento a ser exercido 534
2.1.1. Controle prévio, preventivo ou a priori 534
2.1.2. Controle concomitante ou sucessivo 534
2.1.3. Controle subsequente, corretivo a posteriori..... 534
2.2. Conforme a amplitude 534
2.2.1. Controle hierárquico..... 534
2.2.2. Controle finalístico, tutela ou supervisão ministerial..... 535
2.3. Conforme origem..... 535
2.3.1. Controle interno 535
2.3.2. Controle externo 535
2.3.2.1. Controle Externo Popular 536
3. Controle exercido pela própria administração 536
4. Controle legislativo..... 537
4.1. Controle político..... 537
4.2. Controle financeiro e orçamentário..... 539
4.3. Controle dos atos de concessão de aposentadoria ou pensão..... 540
5. Controle judicial..... 541

PARTE 3 – DIREITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I

DIREITO TRIBUTÁRIO 547

1. Definição 547
2. Relação com outros ramos do direito 547
3. Fontes do direito tributário 548
4. Legislação tributária 556

Capítulo II

TRIBUTO 557

1. Definição 557
   - 1.1. Natureza jurídica 558
   - 1.2. Denominação 558
   - 1.3. Destinação 559
   - 1.4. Características dos tributos quanto à sua finalidade 559
   - 1.5. Classificações relevantes de tributo 560
2. Tipologia 563
   - 2.1. Imposto 564
   - 2.2. Taxa 565
   - 2.3. Contribuição de melhoria 570
   - 2.4. Empréstimo compulsório 570
   - 2.5. Contribuições especiais 571
   - 2.6. Pedágio 577

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO 579

1. Definição 579
2. Capacidade contributiva 579
3. Legalidade 580
4. Isonomia 583
5. Irretroatividade 583
6. Anterioridade 585
7. Anterioridade nonagesimal 586
8. Não confisco 587
9. Não limitação ao tráfego de pessoas e bens 588

10. Uniformidade geográfica 588
11. Não discriminação em razão da procedência ou do destino 589
12. "Non olet" 589
13. Princípios constitucionais específicos a certos impostos 589

Capítulo IV
SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO 591
1. Competência tributária 591
2. Capacidade tributária ativa 591
   2.1. Atribuição delegável 592
   2.2. Atribuição não legislativa 592
   2.3. Privilégios processuais 592
   2.4. Atribuição revogável 592
   2.5. Atribuição a pessoa jurídica de direito privado 592
3. Tipologia da competência tributária 593
   3.1. Competência comum 593
   3.2. Competência privativa 594
   3.3. Competência cumulativa 594
   3.4. Competência residual 594
   3.5. Competência extraordinária 595
4. Atribuição constitucional de competências tributárias 596
5. Limitações constitucionais ao poder de tributar 596
   5.1. Princípios constitucionais tributários 597
   5.2. Imunidades 598
6. Normas gerais de direito tributário 598
7. Repartição de receitas tributárias 599
   7.1. Sistemática de repartição 599
   7.2. Controles complementares 604

Capítulo V
IMUNIDADE TRIBUTÁRIA 605
1. Definição 605
2. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência 605
3. Imunidades em espécie 606
   3.1. Imunidade recíproca 606
   3.2. Imunidade dos templos 608

3.3. Imunidade dos partidos políticos e de suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos 609
3.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel de sua impressão 610
3.5. Imunidade das músicas nacionais 611
3.6. Imunidades de taxas e de contribuições 611
3.7. Imunidades específicas aos impostos 612

Capítulo VI
VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 613
1. Vigência 613
1.1. Vigência espacial 613
1.2. Vigência temporal 613
2. Aplicação 614
2.1. Aplicação imediata 615
2.2. Aplicação retroativa 615

Capítulo VII
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 617
1. Interpretação 617
1.1. Interpretação literal 618
1.2. Interpretação benigna 618
1.3. Utilização de institutos, conceitos, formas e princípios gerais do direito privado 619
2. Integração 619
2.1. Analogia 620
2.2. Princípios gerais de direito tributário 620
2.3. Princípios gerais de direito público 621
2.4. Equidade 621

Capítulo VIII
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 623
1. Definição e natureza jurídica 623
2. Obrigação principal 623
3. Obrigação acessória 624
4. Fato gerador 625
4.1. Momento da ocorrência do fato gerador 625

4.2. Norma geral antielisão 627
4.3. Negócios jurídicos condicionais 628
4.4. Princípio do "non olet" 629
5. Tipologia da sujeição 629
5.1. Sujeito ativo 630
5.2. Sujeito passivo 631
6. Solidariedade 632
6.1. Benefício de ordem 633
6.2. Efeitos da solidariedade 633
7. Capacidade passiva 634
8. Domicílio tributário 635

Capítulo IX
LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO 637
1. Definição e natureza jurídica 637
1.1. Competência privativa da autoridade administrativa? 637
1.2. Verificação da ocorrência do fato gerador 637
1.3. Determinação da matéria tributável 638
1.4. Cálculo do montante do tributo devido 638
1.5. Identificação do sujeito passivo 638
1.6. Aplicação da penalidade cabível 638
1.7. Atividade vinculada e obrigatória 639
1.8. Expressão monetária do lançamento 639
2. Legislação aplicável 639
2.1. Retroatividade benigna 640
2.2. Regras procedimentais 640
2.3. Impostos lançados por período certo de tempo 640
3. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento 641
4. Modalidades de lançamento 642
4.1. Lançamento "ex officio" 642
4.2. Lançamento por declaração 643
4.3. Lançamento por homologação 644
5. Hipóteses de alteração 646
6. Crédito tributário 647
6.1. Definição 647
6.2. Autonomia 647
6.3. Exigibilidade 647

Capítulo X
SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 649
1. Definição 649
2. Moratória 650
3. Depósito do montante integral 653
4. Reclamações e recursos no processo administrativo tributário 654
5. Parcelamento 655
6. Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada 655

Capítulo XI
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 657
1. Modalidades de extinção do crédito tributário 657
   1.1. Pagamento 657
   1.2. Homologação do pagamento antecipado 659
   1.3. Decadência 660
   1.4. Prescrição 663
   1.5. Compensação 670
   1.6. Transação 671
   1.7. Remissão 671
   1.8. Dação em pagamento em bens imóveis 672
   1.9. Conversão de depósito em renda 672
   1.10. Consignação em pagamento 673
   1.11. Decisão administrativa irreformável 674
   1.12. Decisão judicial passada em julgado 674
2. Repetição do indébito tributário 675
   2.1. Definição e natureza jurídica 675
   2.2. Hipóteses de restituição 675
   2.3. Restituição de tributos indiretos 676
   2.4. Extinção do direito à restituição 676
   2.5. Restituição dos acréscimos legais 678

Capítulo XII
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 681
1. Definição 681
2. Isenção 681
   2.1. Definição e natureza jurídica 681
   2.2. Isenção e princípios constitucionais tributários 682
   2.3. Tipologia 682

2.4. Caráter não extensivo da isenção 685
2.5. Revogabilidade 685
2.6. Distinção de outros institutos 687
3. Anistia 687
3.1. Definição e natureza jurídica 687
3.2. Vedação à concessão 688
3.3. Tipologia 688

Capítulo XIII
GARANTIAS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 691
1. Garantias 691
1.1. Responsabilidade patrimonial 691
1.2. Bens impenhoráveis por determinação legal 692
1.3. Presunção relativa de fraude na alienação ou na oneração de bens ... 692
1.4. Indisponibilidade de bens e direitos 693
2. Preferências 694
2.1. Preferência geral do crédito tributário 694
2.2. Preferência em caso de falência 694
2.3. Inventário, arrolamento, liquidação de pessoa jurídica 696
2.4. Não sujeição a concurso e a habilitação 696
2.5. Concurso de preferências 698
2.6. Quitação 698

Capítulo XIV
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 699
1. Definição 699
2. Tipologia da responsabilidade tributária 700
2.1. Gradação da responsabilidade tributária 700
2.2. Substituição tributária 701
3. Responsabilidade tributária no CTN 704
3.1. Responsabilidade por sucessão 704
3.2. Responsabilidade de terceiros 711
3.3. Responsabilidade por infrações 715

Capítulo XV
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 719
1. Introdução 719

2. Fiscalização 719
2.1. Limites aos poderes da fiscalização 720
2.2. Conservação dos livros de interesse da fiscalização 721
2.3. Termo de início de ação fiscal 722
2.4. Intimações escritas 722
2.5. Permuta de informações entre Fazendas Públicas 723
2.6. Requisição de forças públicas 723
3. Sigilo tributário 724
4. Dívida ativa 726
4.1. Definição 726
4.2. Consequências da inscrição em dívida ativa 726
4.3. Requisitos da Certidão de Dívida Ativa – CDA 728
5. Certidão negativa 728
5.1. Prazo para expedição 728
5.2. Certidão positiva com efeito de negativa 729
5.3. Certidão expedida com dolo ou fraude 729
6. Disposições finais do CTN 729

Capítulo XVI
IMPOSTOS FEDERAIS 731
1. Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros 731
2. Imposto sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais 733
3. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza 735
4. Imposto sobre produtos industrializados 739
5. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários 741
6. Imposto sobre a propriedade territorial rural 744
7. Imposto sobre grandes fortunas 746

Capítulo XVII
IMPOSTOS ESTADUAIS 747
1. Imposto sobre a transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos 747
2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação 750
3. Imposto sobre propriedade de veículos automotores 757

Capítulo XVIII
IMPOSTOS MUNICIPAIS 759
1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana 759
2. Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição 764
3. Imposto sobre serviços 767

Capítulo XIX
CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS 771
1. Conceitos Gerais 771
2. Contribuições para Custeio da Seguridade Social 772
   2.1. Contribuições sociais do art. 195 da Constituição 773
   2.2. Regras constitucionais das contribuições sociais 776
3. Contribuição Social do Salário Educação 777
4. Contribuições ao PIS/Pasep 778
5. Contribuições ao "Sistema S" 778
6. Contribuições Sociais Residuais 779
7. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico 780
8. Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas 780
9. Contribuição para Custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos 781
10. Contribuição para Custeio da Iluminação Pública 781

REFERÊNCIAS 783